



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 19/21-25 SESSÃO ORDINÁRIA 2023/09/29

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, no edifício do Teatro Valadares em Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H05M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Joaquim Guardão, foi substituído pela Tesoureira Maria Goreti Martins Verde.
- Paula Cristina Vieira Aldeia, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- João Alberto Marques Costa Felgueiras da Silva, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Christine Ferreira Pereira.
- Hugo José Vasconcelos Martins, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Carlos Gaspar Segadães Carrilho.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Domingos António Alves Velho.
- Jorge Manuel Cerqueira Nande, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Alberto Pereira de Magalhães.
- Severino Manuel Gomes de Sousa, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Sónia Rodrigues Fernandes

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação "O Concelho em Primeiro", Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O Senhor Presidente da Mesa leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Informações da Mesa.

3º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

4º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 17 de fevereiro 2023;
- c) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 17 de maio 2023;
- d) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de junho 2023;
- e) – Aprovação do Regulamento Municipal da Incubadora Verde do Município de Caminha;
- f) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- g) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- h) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- i) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- j) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- k) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- l) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesias de Vilar de Mouros no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;



afm
(A)

Assembleia Municipal de Caminha

- m) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo para Organização das Atividades de Animação e Apoio à Família;
- n) – Aprovação da Não Transferência de Competências para as Freguesias ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril, na sua redação atual

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto, inscreveu-se e usou da palavra a **Senhora Ana Patrícia Verde Moreira**, abordando o tema a Comunidade Escolar, referindo algumas matérias para as quais o Município deve ter em atenção como a construção de uma estrutura de ligação entre edifícios para que nos dias de chuva se possam deslocar de um edifício para o outro. Também referiu que se torna pertinente na sala de informática se colocarem os novos equipamentos e que haja internet em todas as salas, para permitir aos professores poderem lecionar nas perfeitas condições.

Para terminar disse que aquilo que pretende com estas solicitações é melhorar as condições de ensino dos nossos educandos e do trabalho de todos os utilizadores do espaço escolar. **(áudio 06.09 e 11.25 minutos da 1.ª gravação).**



Handwritten signatures in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que os munícipes devem ir ali, colocar as questões que acham pertinentes, no entanto, está convicto que a Câmara Municipal irá responder a todas as questões ali colocadas. **(áudio 12.57 e 14.06 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Handwritten signature in blue ink.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que é importante que os munícipes venham às reuniões e que participem, porque isso significa democracia. Disse ainda que a OCP partilha dessas preocupações e já alertaram para essa matéria através da Senhora Vereadora Liliana Silva em sede de reunião de Câmara como a através de meios de comunicação social. No entanto, a OCP irá continuar a fazer pressão para que este problema se resolva e para que os alunos possam ter melhores condições em se deslocarem dentro da escola, para não andarem à chuva. Disse ainda que, se esta situação não for resolvida até às próximas eleições, em caso de vitória da OCP, é ponto de honra para eles resolver essa matéria.

Quanto à falta de internet, disse que o Ministério da Educação aposta na digitalização do ensino e não compreende que o executivo camarário não tenha capacidade financeira para resolver esta matéria, ou seja, colocar Internet em toda a Escola de Vila Praia de Âncora. **(áudio 14.49 e 18.22 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e referiu que foram ali levadas um conjunto de preocupações muito amplos e de formas completamente diferentes. No entanto, não devem esquecer que se tem um agrupamento responsável, professores dedicados e nunca nenhum aluno ficou prejudicado, teve pior desempenho por qualquer tipo de problemas relacionados com a utilização de tecnologias ou com as ligações à Internet. Disse ainda que os problemas das infraestruturas criadas dizem muito mais respeito à Câmara Municipal e deve ser feita essa gestão entre o Agrupamento de Escolas e a própria Câmara Municipal e nesse sentido a CDU dará uma nota informal ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha e a Senhora Vereadora responsável pela educação, para que, dentro daquilo que é possível aligeirar as soluções, nesta questão infraestrutural. Contudo, alerta o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Deputado para um pequeno pormenor que às vezes ultrapassa aquele que é o pensamento primeiro que as pessoas têm, porque estão a olhar apenas para aquela que é a sua necessidade imediata, eventualmente o espaço, a área descoberta não é assim tão grande não esqueçam que o agrupamento e nomeadamente a escola de Vila Praia de Âncora, precisa de espaço para atividades ao ar livre, para o desenvolvimento do desporto em contexto escolar e para isso, é necessário determinado espaço livre que não pode ser ocupado. **(áudio 18.38 e 21.54 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que as preocupações que ali levou a encarregada de educação e representante dos pais são legítimas. Vila Praia de Âncora foi dotada por um novo estabelecimento de ensino, que ainda tem algumas situações a melhorar, como a questão da internet que deve ser rapidamente resolvida.

Quanto à questão da pala, disse que é aquela situação que se deve acautelar para os alunos, e está convicto que já devem estar a trabalhar para encontrar as melhores soluções para a sua resolução.

Para terminar, disse que o seus educandos estão num agrupamento que cuida muito bem os seus alunos, está altamente preparado, tem um grande corpo docente, tem uma forte equipa de auxiliares e estes constrangimentos existem, mas esses constrangimentos são superados por uma qualidade humana que todos têm, e como professor que é, disse que o Ministério da Educação atribuiu um computador e internet a todos os alunos, incluindo os professores, mas, enquanto essa situação não está resolvida, está convicto que os professores irão ajudar a encontrar algumas soluções provisórias, serão uma mais-valia para depois se chegar à resolução do problema, no entanto, isso não retira a colocação da internet em todo o edifício. **(áudio 22.19 e 24.34 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou, se realmente existe algum custo associado pelo uso dessa internet aos alunos? **(áudio 25.02 e 25.22 minutos da 1.ª gravação).** -----



Cefus
(D)
E

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que não tem nenhum custo associado ao uso da internet. (áudio 25.34 e 26.04 minutos da 1.ª gravação). -----

2.º- INFORMAÇÕES DA MESA

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que foram apresentadas duas moções à mesa, uma pela CDU titulada “Exigir do Governo Medidas que Assegurem o Direito à Habitação”, e uma outra pelo Bloco de Esquerda titulada “Moção pela Mobilidade no Concelho”, e como são do conhecimento de todos, ficam anexas a esta ata.

Referiu ainda que recebeu a informação da parte da Câmara Municipal relativa à intervenção do Senhor António Manuel Ferreira Pereira na sessão da última Assembleia Municipal, referente ao ruído do “Café Leme” em Vila Praia de Âncora, a qual passou a ler e fica a fazer parte integrante desta ata (**anexo I**).

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, apresentou a moção titulada “Exigir do Governo Medidas que Assegurem o Direito à Habitação”, a qual fica anexa a esta ata (**anexo II**). (áudio 27.34 e 30.53 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, colocou a votação a moção, a qual foi rejeitada com 18 votos contra, 12 abstenções e 5 votos a favor.

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e fez declaração de voto em nome do Partido Socialista a qual foi entregue e fica a fazer parte integrante desta ata (**anexo III**). (áudio 36.27 e 40.21 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e de seguida fez a apresentação da moção titulada “Moção pela Mobilidade no Concelho”, a qual fica anexa a esta ata (**anexo IV**). (áudio 40.56 e 44.25 minutos da 1.ª gravação). -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que o teor da moção apresentada, no entendimento da CDU trata-se de uma proposta de criação de um grupo de trabalho, que não cabe na terminologia de moção e nesse sentido, ficam ali perdidos sobre que decisão tomar, porque ela é apresentada como moção e não como uma proposta de constituição de um grupo de trabalho, quando na verdade é isso que ela pretende e nesse sentido apelavam para que houvesse uma correção daquilo que se pretende para que possam votar em consciência. **(áudio 44.49 e 45.34 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, colocou a votação a moção, a qual foi rejeitada com 19 votos contra, 15 abstenções e 1 voto a favor.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez declaração de voto e disse que votou contra esta moção, porque já ali foi discutida esta questão da mobilidade e consideraram que não é Assembleia Municipal que deve constituir um grupo de trabalho para esta matéria que tem a ver com a ação direta do executivo. Mas, também não quer isso dizer, que a sua Junta de Freguesia não esteja a fazer esse levantamento em conjunto com a Câmara Municipal, cujo o resultado desse trabalho será apresentado no próximo ano um plano de ação de mobilidade para a Vila de Caminha e para a Freguesia de Vilarelho. Disse ainda que na Vila de Caminha já existem bicicletas elétricas que podem ser utilizados por todos os cidadãos e, por último, também não poderia concordar com um grupo de trabalho em que deixa os autarcas eleitos das freguesias de fora de participar naquilo que é importante para a vida dos seus cidadãos. **(áudio 47.43 e 48.40 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez uma declaração de voto e disse que:

Considerando a falta de clareza do documento de se tratar de uma moção ou recomendação;

Considerando que o documento em si é muito vago no que respeita à composição do grupo de trabalho, deixando de fora elementos importantes, como os presidentes de junta de Freguesia;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Considerando a leveza dos objetivos e competências a cumprir por parte do referido grupo de trabalho;

Considerando que este documento não inclui um período temporal para que a Câmara Municipal crie regulamento do referido grupo;

Considerando que, apesar da mobilidade e acessibilidade ser uma das bandeiras por eles já ali, muitas vezes levantada e apesar de estarem alinhados na urgente necessidade de apostar na correção dos erros e na promoção da Acessibilidade e mobilidade.

Não consideram que esta proposta seja a mais assertiva para que se obtenha os melhores resultados, dessa forma, votaram em abstenção. **(áudio 48.56 e 49.58 minutos da 1.ª gravação).** -----

3.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e deu início à sua intervenção a questionar o Senhor Presidente da Câmara e disse que:

...) É incompreensível que a nossa Câmara não esteja equipada com uma máquina retroescavadora, sendo a mesma essencial para trabalhos do dia-a-dia, assim como para fazer face a qualquer imprevisto ou calamidade associada às alterações climáticas que o nosso Planeta está a sofrer...)

A Associação de Baldios de Riba de Âncora, da qual o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora é também o Presidente, comprou uma retroescavadora seminova pelo valor de 30 mil euros. Esta máquina e o seu manobrador, tem efetuado alguns serviços para a Câmara Municipal, estando esse acordo ao abrigo de um Protocolo em que a Câmara se comprometeu a pagar 13 mil euros, para o pagamento do ordenado do operador, sendo o combustível pago à parte...). A Câmara Municipal tem no quadro três operadores de veículos especiais que são excelentes profissionais. Eu pergunto: se tem esses funcionários, porque motivo não compra uma máquina a prestações, sendo que, ao fim de dois anos, com os valores referidos, já estaria paga?



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

...) Nas últimas intempéries, esse senhor chegou com o fotografo da Câmara, que é pago por todos nós, pegou numa pá para fingir que estava a trabalhar enquanto o fotografo lhe tirava umas lindas fotos...)

...) Para quando estão previstos os trabalhos de reparação dos pisos nas diversas ruas afetadas pelas últimas intempéries?... (áudio 51.52 e 57.17 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora com a seguinte pergunta; quem era o fotógrafo que ele levou e aonde estão essas fotografias? (áudio 57.57 e 58.22 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, em resposta disse que foi o fotógrafo da Câmara Municipal que o levou e tirou as fotografias e existem testemunhas. (áudio 58.28 e 58.58 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, voltou a perguntar ao Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora para lhe dizer quem era o fotógrafo e aonde estão essas fotografias? (áudio 59.14 e 59.33 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, em resposta disse que essas fotografias não foram colocadas no Facebook da Câmara, porque ele o tinha visto. (áudio 59.57 e 1.00.10 minutos da 1.ª gravação). --

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez uma interpelação à mesa e disse que como líder da bancada eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", independentemente da força política que estiver a fazer pedidos de esclarecimento que sejam feitos pedidos esclarecimento e não aquilo que ali acabou de fazer na sua última intervenção o Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora. (áudio 1.00.28 e 1.00.44 minutos da 1.ª gravação). -----



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado João Domingues**, referiu que esta intervenção se prende com as intempéries que assolaram o nosso país e o nosso Concelho em particular e com especial gravidade, na madrugada de 31 de dezembro de 2022. Muitas foram as famílias que sofreram e ainda sofrem com as consequências desse mau tempo nessa fatídica madrugada. No entanto, apesar de saberem que o Sr. Presidente da CMC tem contactado o governo, pressionando quem de direito, recorrendo até à comunicação social... Pergunta ao Sr. Presidente da CMC, sobre o ponto de situação em que está? Se, vem dinheiro do governo ou não vem? Quando? Quanto? É suficiente para fazer face a todas os prejuízos? **(áudio 1.01.11 e 1.02.45 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e disse que Concelho de Caminha, neste Verão, foi destino procurado por milhares de pessoas. Viveram-se momentos inesquecíveis e de grande prestígio com eventos culturais de grande relevo, com mais envolvimento do comércio local, das associações e da população das freguesias.

De seguida o Senhor Deputado destacou os vários eventos e exposições efetuadas no Concelho de Caminha, solicitando que a sua intervenção fizesse parte integrante da ata, a qual fica anexa **(anexo V).** **(áudio 1.03.13 e 1.06.44 minutos da 1.ª gravação).**

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que depois da explicação que foi dada pela mesa da Assembleia Municipal sobre a intervenção da Senhora Idalina Torres, na Assembleia Municipal de abril, que se apresentou ali como cidadão, mas, também como Presidente da “Selva dos Animais”, para o entendimento da coligação OCP, aquilo que ela ali foi pedir à Câmara Municipal foi mais apoio para a esterilização de animais errantes, porque cada vez existem mais colónias de gatos no Concelho. Disse ainda o Senhor Deputado que ela não foi ali questionar aquilo que recebe a instituição da Câmara Municipal de Caminha ao abrigo de um Protocolo, que ambas as partes têm. **(áudio 1.07.02 e 1.09.55 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e questionou sobre as obras que decorreram na Rua de São João e Marginal de Caminha que recentemente foram remodeladas e já se



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'D' and a stylized 'Z'.

Assembleia Municipal de Caminha

encontram danificadas, mas, sabendo-se que numa obra pública existe um prazo de uma garantia em que o empreiteiro durante essa garantia deve proceder a manutenção das obras que lhe foram contratadas, reparando os danos em causa logo que as deficiências sejam detetadas.

Para terminar pergunta, porque é que as pedras da Rua de São João foram agora recentemente coladas com cimento? Procedeu-se à ativação da garantia da obra para fazer essa colocação das pedras com cimento? Assim como, pergunta em relação à Marginal de Caminha que já tem buracos. **(áudio 1.10.16 e 1.11.59 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que em Vila Praia de Âncora existem umas pinturas junto de passadeiras a indicar que se devem fazer rampas, o que julga importante a execução dessa obra. **(áudio 1.12.15 e 1.12.50 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, referiu que quase uma década depois do Partido Socialista ter começado as suas funções de liderança na Câmara Municipal de Caminha, a CDU volta a fazer a mesma pergunta que fizeram mais ou menos há 10 anos atrás. Qual é o estado do comodato da casa Ventura Terra em Seixas? relativamente àquilo que eram os princípios, os propósitos da cedência em regime de comodato face à situação atual, passados todos estes anos.

Perguntou ainda o Senhor Deputado quanto à;

EN 13, está o executivo em fase de preparação dos orçamentos, há alguma perspetiva? Há algum apoio pensado para que se concretize esta grande necessidade de urbanizar esta via, em Vila Praia de Âncora?

O concurso Internacional para a Recolha de Resíduos Sólidos; qual o ponto de situação em que se encontra esse procedimento?

De seguida o Senhor Deputado referiu que apesar da posição do Partido Socialista aquando da apresentação da moção, a CDU deixa um conjunto de desafios, porque na verdade os caminhenses sentem na pele os problemas de habitação, os problemas da sua habitação, e também, os problemas de habitação dos seus quando vão estudar para o ensino superior, sendo que o primeiro desafio que deixa ao executivo é: Porque



Cefun
D.
E

Assembleia Municipal de Caminha

não começar a fazer negociações com municípios que tradicionalmente são acolhedores de instituições de ensino superior?

Um outro desafio, que é extensivo a todos os Presidentes de Junta, tem a ver com o envolvimento nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril?

Para terminar, um último desafio, é o envolvimento de todos nas comemorações do centenário de Vila Praia de Âncora, no cinquentenário da morte do Contra-Almirante Ramos Pereira e dessa forma em conjunto, lembrar a importância que as pessoas têm. **(áudio 1.13.12 e 1.16.33 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves, referiu que no dia 18 de agosto, o Concelho de Caminha esteve em festa pela inauguração do novo Mercado de Caminha, um mercado que abre novas perspectivas, novos desafios, e a Junta de Freguesia quer cumprimentar a Câmara Municipal, porque finalmente cumpriu-se uma promessa tão ansiada por todos os caminhenses.

Referiu ainda que o Senhor Deputado Joaquim Celestino lembrou que faz 10 anos que houve uma mudança neste Concelho, e por isso, diz que houve uma transformação na sua Freguesia a nível de infraestruturas, como a Rua de São João, Praça Conselheiro Silva Torres, o Cais da Rua tão ansiado pelos pescadores, a Marginal de Caminha, a Requalificação da Escola Sidónio Pais e muitas outras situações, e por isso, pode-se dizer muita coisa, podem argumentar muitas situações, mas há um passado que não se esquece de marasmo, e há um passado e um presente e um futuro espera transformador para o Concelho de Caminha. **(áudio 1.17.45 e 1.22.53 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Deputado Ricardo Cunha, Fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente de Junta se lhe pode responder ao seguinte:

Quem requalificou a Torre do Relógio, em Caminha minha? Quem fez a pavimentação do Largo da Feira, em Caminha? quem fez a qualificação da Rua da Corredoura, em Caminha? Quem fez a requalificação da zona envolvente às Muralhas até Vilarelho? **(áudio 1.23.08 e 1.23.31 minutos da 1.ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e perguntou ao Senhor Presidente da Junta, se tem ido ao Mercado e se tem conhecimento que os arrumos são em cima e os atuais utentes tem de comprar escadas para usufruir desse espaço. (**áudio 1.23.41 e 1.24.00 minutos da 1.ª gravação**). -----

A **Senhora Deputada Maria Isabel**, perguntou ao Senhor Presidente de Junta, se quando se faz uma obra e a obra tem um problema, se acha que não se deve acionar o Fundo de Garantia para que a obra seja reparada? ou, deve ser a própria pessoa a reparar? O município? Ou, deve ser o empreiteiro? (**áudio 1.24.16 e 1.24.33 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, em resposta às questões colocadas, disse que falou em obras transformadoras e não em obras de pormenor, colocando a seguinte pergunta ao Senhor Deputado Ricardo, se sabe quantas vezes a Rua da Corredoura teve que ser levantada nesse tempo?

Em resposta à questão da escada dos utentes do mercado, disse que era utente do mercado e nunca comprou nenhuma escada.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada, disse que concorda com aquilo que ali referiu, como a Câmara concorda, porque quando existe defeito em obra tem que se acionar o fundo de garantia, no entanto, julga que a Senhora Deputada não está a intuir que não foi utilizado. (**áudio 1.24.52 e 1.25.35 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, deu início à sua intervenção a esclarecer o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora quanto à questão da retroescavadora e disse que as retroescavadoras que existem no Município de Caminha tem 35 anos e nada foi feito enquanto o partido que ele representa esteve durante 12 anos no poder em adquirir uma máquina. Referiu ainda que existe um protocolo entre o Baldios de Riba de Âncora e o Município de Caminha aquando da compra desta retroescavadora e, no início foi um manobrador do



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Município que trabalhava com a máquina, no entanto, ao funcionário foi-lhe diagnosticada uma doença profissional e o protocolo existente teve que ser revisto. Disse ainda o Senhor Presidente da Junta que a retroescavadora tem passado por todas as freguesias e tem executado um excelente trabalho, do qual se orgulha. Para terminar disse que quem o promove é o trabalho que faz na sua freguesia com todas as instituições ao tratá-las todos de igual forma. **(áudio 1.25.56 e 1.28.06 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Junta se acha bem que a Câmara Municipal não tenha uma retroescavadora nos serviços? **(áudio 1.28.18 e 1.29.11 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, em resposta disse que a Câmara não devia ter uma, devia ter várias, mas como todos sabem a situação financeira do Município de Caminha é difícil e foi pelo mesmo motivo que estas máquinas também não foram adquiridas no passado. **(áudio 1.29.35 e 1.30.22 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Junta se os 13 000€ que a Câmara está a pagar não seriam suficientes para adquirir uma máquina dessas em 2 anos? **(áudio 1.30.30 e 1.30.56 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, em resposta disse que se está a esquecer de um pormenor importante, que é, quando acontece uma avaria numa máquina destas muitas vezes 13 000€ não chega para dar início ao concerto. **(áudio 1.30.30 e 1.30.56 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e disse relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, quando questiona o executivo se é vantajoso o Protocolo que o Município tem com os Baldinhos de Riba de Âncora? Em



Handwritten signatures in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

resposta disse que é uma mais valia para a Câmara de Caminha e de forma concreta, porque o Município quer uma retroescavadora para resolver os problemas das freguesias, como por exemplo, na freguesia de Vila Praia de Âncora em concreto, foi realizada uma intervenção na requalificação do estradão florestal, desde o Bulhente até à Freguesia de Vile, ao abrigo desse protocolo, para melhorar as acessibilidade para a proteção civil. No entanto, refere o Senhor Presidente que o Senhor Presidente de Junta não questionou, por exemplo, quando a Câmara Municipal atribuiu um subsídio de 12 000,00€ à Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora para limpar o Monte do Calvário, que também foi uma parceria entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia...)

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Domingues, disse o Senhor Presidente que abordou ali uma matéria importante, que diz respeito às intempéries que ocorreram na madrugada de 01 de janeiro deste ano e da resolução dos problemas do Concelho. Referiu ainda que a Câmara Municipal foi notificada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, na manhã deste dia, para assinar o Contrato de Programa com o financiamento de apoio para as intempéries ocorridas, trata-se de mais um passo dado depois de várias insistências, quer junto do Governo, da DGAL e da CCDR-Norte, não só por parte do Município de Caminha, mas, também pelos autarcas do Alto Minho. Disse também que a Câmara Municipal de Caminha, ainda não recebeu um cêntimo de apoio por parte do Governo para as intempéries e, no entanto, a CCDR-Norte considerou elegível no âmbito daquilo que apresentou o Município o valor global de 2 459 730,09€ deste valor só vai comparticipar 60%, sendo certo que só comparticipa danos públicos, não comparticipa qualquer danos de privados em habitações particulares, em comércio, ou seja, o Governo comparticipará num 1 475 838,05€, e a Câmara Municipal terá de completar para os 100%, 983 892,04€. Porém, a Câmara Municipal já fez investimentos, fruto da das intempéries e para resolver alguns dos problemas até a presente data no valor de 222 077, 72€, porém, já cabimentou mais

183,850.00€ no âmbito de mais 2 empreitadas, as quais dizem à requalificação da Rua da Aguieira, em Azevedo e a outra à requalificação da Rua do Forno da Cal, Rua da Rocha e Rua da Quelha em Seixas, que já estão em fase de lançamento de convites para as empresas, o que perfaz um valor total de 405 928,36€...)



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Vitor Brás, disse o Senhor Presidente que foi um Verão importantíssimo no Concelho de Caminha. O Concelho de Caminha foi muito atrativo, houve imensos eventos, o que trás mais desafios para o território e os quais tem de ser superados nos próximos anos.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Abilio Cerqueira, disse o Senhor Presidente que as questões das acessibilidades têm de ser melhoradas, no entanto, o Município já começou a fazer esse trabalho com trabalhadores da Câmara Municipal, junto da GNR de Vila Praia de Âncora, com o rebaixamento de passadeiras.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente quanto à Casa Ventura Terra que a Câmara Municipal já foi contactada informalmente pela Associação Ventura Terra, junto do Vereador da Cultura, que demonstrou que está numa fase mais debilitada para levar avante projetos, para se o Município arranjava uma forma de se poder reverter essa situação.

Relativamente à Estrada Nacional 13, disse o Senhor Presidente que conhece bem a preocupação do Senhor Deputado, mas, infelizmente, neste momento não tem uma perspetiva que possa dar suporte a essa intervenção, porém, se houver algum tipo de financiamento, não o irão desperdiçar.

Relativamente ao concurso da recolha dos resíduos sólidos e urbanos, disse que a concessão com a Luságua acaba em novembro e a única empresa que concorreu e foi aceite a proposta foi da SUMA, já se encontra para visto do Tribunal de Contas, para que possa assumir em dezembro.

Relativamente ao problema da habitação, disse o Senhor Presidente que é uma matéria que preocupa o executivo e os eleitos do Partido Socialista, a Câmara Municipal já tem uma empreitada adjudicada para a concretização de 2 fogos na antiga Escola de Cristelo, e em breve haverá mais notícias sobre o assunto.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, disse o Senhor Presidente que elencou algumas requalificações realizadas na sua Freguesia, porém, falharam algumas como a requalificação do tapete do betuminoso na Rua dos Pescadores, a colocação do gás natural, a fibra ótica, a requalificação dos Paços do Concelho e outras. Porém o novo mercado, um investimento de meio milhão de euros ao serviço da comunidade e cada vez mais é um espaço de atratividade, com imensas iniciativas que decorrerem neste novo espaço e já com promotores privados a pedirem para fruir daquele espaço, numa



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

vertente que não seja propriamente de compra e venda de produtos ligados ao mar, ao Rio ou à agricultura e, portanto, é sinal que foi uma aposta ganha. **(áudio 1.32.12 e 1.30.56 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez um pedido de esclarecimento e disse que no Monte do Calvário existia lá um funcionário para fazer limpeza, entretanto reformou-se e o valor atribuído pela Câmara Municipal é para fazer face a essa despesa.

Perguntou ao Senhor Presidente se a Câmara deve ou não ter uma retroescavadora no serviço? **(áudio 1.48.34 e 1.49.26 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que a Câmara Municipal atribui um subsídio de 12 000.00€ à Junta de Freguesia para limpeza, porque achou que era merecido e que a população reconhece...)

Em resposta à pergunta se Câmara Municipal deve ter uma retroescavadora ao serviço, considera que sim, e existe através de um protocolo estabelecido com os Baldios de Riba de Âncora, que tem corrido na perfeição, não tem existido queixas de nenhum Senhor Presidente de Junta relativamente à sua utilização, muito pelo contrário, tem tido um feedback positivo e só lamento que hajam alguns Presidentes de Junta, que veem este equipamento a beneficiar o seu território, a defender a sua população e que não faça o reconhecimento desse trabalho. **(áudio 1.49.36 e 1.51.20 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, Fez um pedido de esclarecimento e perguntou se Câmara Municipal de Caminha se candidatou, sim ou não, a algum fundo que possa fazer face à estabilização dos gatos de rua?

Disse que a CCDRN aceitou cerca de 2 000 000,00€ de prejuízos e desse valor vai comparticipar 60%, pergunta, qual o valor apresentado pela Câmara Municipal à CCDR Norte? **(áudio 1.51.30 e 1.52.07 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que a Câmara fez candidaturas para o apoio através de um programa do ICNF, que estava aberto para o



efus
D
Z

Assembleia Municipal de Caminha

efeito e, também as Juntas de Freguesia puderam ou podem candidatar-se a este programa do ICNF como complemento e para apoio.

Relativamente ao valor global, nos termos daquilo que foi a resolução do Conselho de Ministros que indicava o que era elegível e não elegível no âmbito das candidaturas, a Câmara Municipal apresentou um valor global de 2 915 199,76€. **(áudio 1.52.13 e 1.53.30 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Deputado Ricardo Cunha, Fez um pedido de esclarecimento e perguntou se sabe o tempo que demorará a chegar esses fundos? E, até que esses fundos cheguem quais são as atitudes imediatas que a Câmara Municipal de Caminha adotará para mitigar este caos dos gastos de rua? **(áudio 1.53.44 e 1.54.13 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, em resposta disse que primeiro a Câmara executa e só depois há o reembolso por parte do ICNF. **(áudio 1.54.18 e 1.55.00 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Deputado Abilio Cerqueira, Fez um pedido de esclarecimento e perguntou relativamente à nova empresa de recolha de resíduos sólidos urbanos se os trabalhadores vão ser transferidos para a nova empresa? E, se a Câmara tomou alguma diligência nesse sentido? **(áudio 1.55.12 e 1.56.00 minutos da 1.ª gravação).**

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, em resposta disse que a Câmara Municipal não tem qualquer poder decisório nessa matéria. Trata-se de um concurso público que decorreu nos termos da contratação pública, mas, Código do Trabalho tem uma cláusula que diz que neste tipo de contratos de prestação de serviços reiterados da limpeza de segurança alimentares, transita o estabelecimento de um para o outro, ou seja, os trabalhadores transitam de uma empresa para a outra, porque o conteúdo é o mesmo. **(áudio 1.56.08 e 1.57.45 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, Fez um pedido de esclarecimento e perguntou se um milhão e meio vai dar para fazer face a todos os problemas que aconteceram no dia 01 de janeiro? E, se vai haver



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'Z' and a signature that appears to be 'Cefu'.

Assembleia Municipal de Caminha

algum estudo para que as águas sejam desviadas dos percursos que elas vão criando no decorrer dos anos, porque, se voltar a acontecer uma intempérie destas, para que não aconteça aquilo que aconteceu no passado dia 01 de janeiro? (áudio 1.58.06 e 1.59.00 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que o Senhor Presidente de Riba de Âncora, como sempre assertivo, contundente e com questões importantes e em relação à primeira pergunta disse que o valor que é pago pelo Governo não dá para fazer face a todas as despesas no Concelho de Caminha...)

Relativamente à segunda questão disse que não existe nenhum estudo, porém a Câmara Municipal está a trabalhar na limpeza dos caminhos florestais, os quais ficaram bastante danificados e a prioridade neste momento é a de consolidação dos leitos dos rios, a manutenção, a limpeza destes canais, porque são os canais do escoamento das águas que surgem, às vezes de uma forma quase inopinada que ninguém conta, contudo, não existe nenhum estudo, o que existe é trabalho no terreno. (áudio 1.59.01 e 2.02.18 minutos da 1.ª gravação). -----

4.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez vários considerandos à informação financeira do Senhor Presidente entre os quais disse que a Câmara Municipal de Caminha no ranking do distrito de Viana do Castelo, tem um desonroso primeiro lugar, ou seja, a dívida que vem esplanada nesta informação financeira refere que se o Município fosse pagar a dívida, cada habitante tinha que pôr 1400€. E, coloca a seguinte questão, se a Câmara Municipal de Caminha é aquela que mais cobra por impostos por habitante? Porque se tem a dívida a crescer? (áudio 2.18.49 e 2.23.02 minutos da 1.ª gravação). -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta Assembleia se pauta ou se tem pautado hoje por referências ao passado e ao presente, a verdade é que a CDU sempre esteve no caminho certo relativamente à história que hoje se paga á Caminhae aqui, a CDU sempre disse que esse modelo de negócio não estava bem e, que aliás, vem agora nesta informação que chegou a todos a dizer exatamente que era preciso apurar melhor as condições, renegociar e ver as possibilidades de haver ali uma reconversão desta dívida, o que reitera aquilo que foi dito pela CDU em 2013 ao seu antecessor, quando tomou posse, e continuam disponíveis para trabalhar numa solução de saneamento financeiro do Município de Caminha.

Quanto às outras informações, salienta o Festival de Vilar de Mouros, porque esta informação merece ali um reforço positivo ao reconhecer aquele que tem sido o papel fundamental da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros empenhada em encontrar um melhor caminho para o Festival de Vilar de Mouros, em que este ano foram superadas todas as expectativas.

Disse ainda o Senhor Deputado que na informação do Senhor Presidente refere que houve uma sessão de apresentação do estudo de reconfiguração do Portinho, pergunta, se existe mais algum dado em concreto?

Relativamente à Bolsa de Emprego, lança um desafio ao Senhor Presidente, para que estas novas valências integrem a qualidade do emprego para se perceber que o Município de Caminha está a contribuir para criar melhores soluções de emprego e de estabilidade.

Relativamente ao ano Letivo 2023/2024, disse o Senhor Deputado que o Senhor Presidente cita nas suas informações que o Município de Caminha vai assegurar o transporte escolar, provando que a CDU em 17/02, tinha razão quando lhe disse que não era necessária a aprovação do Plano para o serviço Público de transportes de passageiros do Alto Minho, proposto pela CIM.

Para terminar, disse o Senhor Deputado que a CDU se alia à felicitação do Capitão Tenente Fernando José Vieira Pereira, que agora inicia as suas funções no Concelho de Caminha, e também se associa à Câmara Municipal, aos seus Vereadores, no voto de louvor que aprovou, relativamente ao Capitão de Fragata Pedro Santos Jorge, pelo serviço prestado no Concelho de Caminha. **(áudio 2.23.21 e 2.29.12 minutos da 1.ª gravação).** -----



efu,
D
Z

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, começou por perguntar ao Senhor Presidente sobre o estado em que se encontram os processos judiciais como;

O processo N.º 687 que tem factos que ocorreram em 2005/ 2006, referente a um ex-trabalhador da Câmara que pede uma compensação por algo que pensa que é devido. O processo N.º 2983 referente a um cidadão que pede à Câmara de Caminha, uma indemnização no valor de 475 000,00€, datado de 2003.

O processo N.º 987, trata-se de um processo que já foi julgado e neste momento está uma peritagem a achar o valor da indemnização e já fala em 1 000 000,00€.

O processo N.º 139 de um cidadão que está a intentar um processo contra a Câmara de Caminha por factos ocorridos em 2008, numa situação de reunião de Câmara no valor de 20 000,00€.

Para terminar disse o Senhor Presidente da Junta que neste momento está a falar de 1 500 000.00€ de processos anteriores a 2014, mas, estão sempre a falar nos 300 000,00€ do CET, que está preocupado, no entanto, não estão preocupados com o legado que deixaram, porque história da dívida infelizmente, não começou em 2014. **(áudio 2.29.28 e 2.32.33 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Junta, se sabe ou não, se existem processos movidos por cidadãos após a aprovação da alteração do PDM? Se sim, se lhe consegue dizer quantos são e qual será o montante de dívida que a Câmara Municipal de Caminha vai acumular com estes processos? **(áudio 2.32.50 e 2.33.18 minutos da 1.ª gravação).**

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que esta informação prestada pelo Senhor Presidente é quase um panfleto eleitoral de tão repetitiva que é, ao invocar todos os eventos que se realizaram, mais do que uma vez. Por exemplo, vejam quantas vezes se repetem as festinhas, as romarias, os festivais da cerveja, quantas vezes no documento se repete isso, muitas vezes.

Para terminar o Senhor Deputado questiona o Senhor Presidente sobre a reunião que teve com o autarca da Guarda sobre o ferryboat e pergunta, porque razão não se tratou do desassoreamento do canal durante estes 3 anos que o ferry esteve parado e agora que o problema do cais está resolvido é que se vai tratar.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Pergunta ainda se a embarcação, entretanto, nestes 2 anos em que está parada, tem sido objeto de alguma manutenção no sentido de assegurar que ainda está apta? Se, a embarcação ainda dispõe da tripulação necessária e obrigatória que permita a sua navegação? Se, é possível indicar aos Caminhenses uma previsão ou data, para o ferry voltar a navegar? E, por fim, quais as diligências desenvolvidas para cumprimento da promessa eleitoral, da aquisição do ferry elétrico? **(áudio 2.34.08 e 2.40.16 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez vários considerandos à informação prestada pelo Senhor Presidente e disse relativamente à reunião que teve em La Guarda que esta nota já tinha sido dada pelo “Concelho em Primeiro” através da reunião que teve a Dr.ª Liliana Silva com o Alcaide aproximadamente há um mês, e isso agrada-os, porque apesar de serem oposição, há uma algo que os vai unindo na necessidade de colaborar com outra margem do Rio Minho.

Outra coisa que os agrada foi a limpeza dos Caminhos Florestais, pergunta para quando o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.

Saúda a abertura das Piscinas Municipais.

Também disse que continua à espera da resposta ao requerimento apresentado há duas assembleias atrás, porque já teve Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora, e questionaram sobre o problema da Cruz Velha. **(áudio 2.40.36 e 2.44.57 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, deu os parabéns ao Senhor Presidente pela abertura do novo Mercado, porém, os módulos continuam no mesmo sítio, pelo que pergunta, quando vão sair de lá os módulos e o que fazer com eles. **(áudio 2.45.20 e 2.45.49 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, quanto à intervenção do Senhor Deputado Luís Alexandre, disse que não fez uma apreciação do documento em si, porque, como disse o Senhor Deputado Celestino Ribeiro, o presente faz-se do passado, de um passado do Partido Socialista e, de um passado do PSD. E, a dívida acumulada, não é acumulada pelo Partido Socialista, não são responsáveis por essa



Assembleia Municipal de Caminha

gestão, porque neste momento continuam a pagar a essa dívida. Porém, lembra o Senhor Deputado que o executivo PSD em 2005 contraiu um empréstimo de 739 650,00€, a pagar até 2025, no mesmo ano de 2005 contraiu novo empréstimo de 725 210,00€, a pagar novamente até 2025, contraiu ainda em 2005 um empréstimo de 1 026 530,00€, a pagar em 2025. O PSD em 2006 contraiu um empréstimo de 600 000,00€, a pagar até 2007. O PSD contraiu em 2010, um empréstimo de 2 372 500,00€, para pagar até 2030. O PSD contraiu um empréstimo em 2011 de 485 000,00€, para pagar até 2031. O PSD em 2013 contraiu um empréstimo de 2 281 968,00€, para pagar até 2027. São todos estes empréstimos que esta Câmara Municipal está a pagar, no entanto, se fizesse uma análise mais rigorosa o Senhor Deputado tinha verificado que nos últimos 12 meses a dívida resultante de faturação foi encurtada no valor de 824 457,10€ e, o executivo continua a fazer obra, a apoiar as Juntas de Freguesia, as IPSS, a Educação, a Coesão Social e outros.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros é parceira essencial na concretização do Festival de Vilar de Mouros e, não poderia omitir essa informação, até porque, tiveram por diversas vezes no terreno Câmara Municipal e Junta de Freguesia a resolver os problemas.

Relativamente à questão da Requalificação do Portinho de Vila Praia de Âncora, disse que foi feita aquela apresentação em junho, nesse momento foi dado um prazo para que pudesse haver uma discussão pública, uma participação pública informal, para que as pessoas pudessem fazer chegar à Câmara Municipal contributos, questões, levantar situações, esse período terminou no início de setembro. A Câmara Municipal rececionou 3 participações e deu conhecimento à Secretaria de Estado das Pescas, tem estado em articulação com a Senhora Secretária de Estado, e, julga, que ela virá em breve ao nosso Concelho.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caminha, disse o Senhor Presidente que nunca o questionaram sobre os processos judiciais e, na verdade os processos judiciais causam-lhe alguma aflição, porque há processos judiciais que estão em fase de recurso em que já condenaram a Câmara Municipal a pagamentos de indemnizações brutais, como por exemplo o processo n.º 687, que diz respeito a um ex-trabalhador do Município de Caminha, que entendeu que não foram pagos os vencimentos da forma que deveriam ter sido pagos, não diz



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'Z' and several initials.

Assembleia Municipal de Caminha

respeito a este mandato nem ao anterior, e está a falar de uma indemnização que pode ascender a 500 000,00€, como todos os restantes processos que mencionou, todos eles juntos, seria o valor equiparável que vai ter o Município para as intempéries. Quanto Centro de Exposições Transfronteiriço, disse o Senhor Presidente que estão em causa os 300 000,00€, a Câmara Municipal tentou vários processos, um processo crime e um outro processo para um arresto preventivo de bens, estes processos estão a decorrer no DIAP no Porto, e ainda estão em segredo de justiça.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse o Senhor Presidente que nos termos legais, é a informação do Presidente da Câmara, é aquela informação que entende fazer chegar aos Senhores Deputados para saberem aquilo que o Presidente da Câmara anda a fazer e, não se deve criticar quando o Presidente da Câmara está próximo da população, se aquilo que se exige do poder autárquico e aquilo que diferencia o poder autárquico local é a proximidade aos cidadãos.

Relativamente à reunião que aconteceu com o seu homologa de "A Guarda", disse o Senhor Presidente que ainda estava no poder o da "A Guarda" o Alcaide Lomba e fizeram uma carta conjunta entre Presidente da Câmara de Caminha e Presidente da "A Guarda", dirigida à Senhora Ministra da Coesão Territorial, a Doutora Ana Abrunhosa, explicando a forte e premente necessidade de haver esta ligação fluvial a funcionar, desassoreando o Rio e encontrando soluções para que o ferry pudesse navegar, e foi esta a preocupação a 26/10/2022, e foi elaborada nessa altura porque iria passado poucos dias em Viana do Castelo decorrer uma Cimeira Ibérica entre o Governo da República Portuguesa e o de Espanha, cujo, estariam lá decisores políticos e, dessa forma entenderam criar essa pressão para que saísse alguma posição sobre essa matéria. Entretanto, solicitou ao Diretor Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, que informasse este Município de quantos metros cúbicos de areia é preciso dragar para que o ferry possa navegar e ainda aguarda resposta...)

Ainda em resposta às restantes perguntas disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal tem técnicos no quadro de pessoal afetos ao ferryboat. A Câmara Municipal tem vindo a fazer pontuais investimentos na manutenção do próprio ferryboat.

Quanto àquilo que o Município fez para a aquisição do ferry elétrico, disse o Senhor Presidente que tem feito várias investidas para encontrar uma solução e quando esteve em discussão pública, o documento do PRR com esta nova possibilidade de



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

injeção de mais dinheiro no PRR, o executivo aproveitou e fez a discussão pública desse documento, porque viu lá numa das rubricas do PRR, a aquisição de veículos elétricos para carga oceânica e transporte oceânico, e apesar de entenderem que estava a ser muito redutor a parte oceânica, apesar de Caminha ser fluvial, fizeram essa discussão pública porque viam ali uma fonte de financiamento...)

Relativamente à Intervenção do Senhor Deputado Ricardo Cunha, disse o Senhor Presidente quanto as boas relações com “A Guarda”, não poderia ser de outra forma seja o partido “A” ou “B”, aquilo que se tem a fazer é defender os nossos interesses comuns, que são os interesses do Rio Minho, os interesses transfronteiriços das duas comunidades. Para terminar disse o Senhor Presidente que o Plano de Emergência e Proteção Civil, haverá notícias em breve para levar à Câmara Municipal, também irá reunir a Comissão, está numa fase final da sua execução. **(áudio 2.45.59 e 3.06.24 minutos da 1.ª gravação e 05.45 minutos da 2.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, fez um pedido de esclarecimento e perguntou se como advogado na sua vida profissional defendeu alguma causa de um cliente que tivesse pedido alguma imediação absurda e se o juiz concedeu na sentença essa atribuição? De seguida fez várias perguntas em relação a dividas da Câmara Municipal e perguntou se 2 300 000,00€, de dívida das Piscinas de Vila Praia de Âncora é do presente ou do passado? Águas do Alto Minho 10 000 000.00€, esta dívida é do presente ou do passado? Luságua 800 000,00€, esta dívida é do presente ou do passado? Polis Litoral Norte 1 200 000,00€, esta dívida é do presente ou do passado? **(áudio 06.34 e 08.29 minutos da 2.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, em resposta disse que defendeu muitas causas de diverso foro, desde Direito Laboral, Comercial, Criminal, Família e Menores e não entende o conceito de indemnização absurda. Porque? Quando um advogado faz uma petição relativamente a uma indemnização, falo e tem de fundamentar o porquê de ter chegado àqueles valores e aqueles montantes.

Porém não compreende o que quer dizer com indemnização absurda nestes processos em concreto que ali estão, porque se conhecer os processos judiciais que ali estão, não sabe se é assim tão absurdo como o Senhor Presidente da Junta pensa.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Porém aquilo que espera, é que o Tribunal não condene a Câmara Municipal no pagamento destas indemnizações, porque se condenar a Câmara Municipal a pagar estas indemnizações Senhor Presidente da Junta, tem-se um grave problema. **(áudio 08.56 e 11.24 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez um pedido de esclarecimento e disse que o Senhor Presidente na resposta ao Senhor Presidente da Junta de Caminha e Vilarelho disse que existem outros processos, quais são? se existem, porque omitiu?

Relativamente às dívidas que falou, disse que se recorda, foi na Assembleia Municipal 17/11/2022, acerca do CET e a pergunta que faz acerca dessas dívidas, se foram para investimento?

Se tem conhecimento que a dívida Águas Norte que começou em 2014?

Sobre o investimento do Mercado, se confirma que são 220 000,00€ de trabalhos a mais de obra?

Quantas rendas têm em atraso nas piscinas?

Quanto em defender interesses no Rio Minho é verdade ou não, mas, perdoaram uma dívida de 1 000 000,00€ à La Guardia?

Relativamente às intempéries o Senhor Presidente vai fazer a obra de reparação só quando receber o financiamento? **(áudio 11.59 e 13.32 minutos da 2.ª gravação).** ----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que 2 281 968.63€ para pagamento a fornecedores é investimento? tem um empréstimo de 2 500 000,00€ para pagamentos a fornecedores é investimento? depende daquilo que vocês enquanto ali estiveram contraíram dívida e agora está este executivo a pagar.

Relativamente à listagem de processos judiciais disse que o Senhor Deputado não o deve conhecer bem, porque aquilo que ele preza é pela integridade das informações que dá, e as informações que prestou ao Senhor Presidente da Junta de Caminha/Vilarelho foram referentes aos processos que ele ali elencou, não foi referente a todos os processos da informação que presta a todos os Senhores Deputados, portanto não omitiu nada.

Relativamente à questão, se é verdade ou é mentira que o Município perdoou 1 000 000.00€ a La Guardia? é mentira. Porque a Câmara Municipal de Caminha não conseguiu demonstrar documentalmente para ter aquele crédito para com “A Guarda”,



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

ou seja, não existia a documentação naquele valor global, por isso é que se chegou àquele acordo com os valores que Município tinha documentalmente comprovados, não se perdoou nada a ninguém. Na verdade, o que aconteceu foi fazer um trabalho rigoroso de demonstração, porque, “A Guarda” queria pagar, mas, com a demonstração desses documentos. **(áudio 13.44 e 18.06 minutos da 2.ª gravação).** -

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou se o pessoal especializado e necessário para que o Ferryboat possa ser viável? Se já se pode concluir que este é o final da embarcação, porque não se tomar já uma decisão, de venda por exemplo? **(áudio 18.18 e 20.14 minutos da 2.ª gravação).** ----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que o Estado é Laico, as Instituições Públicas são Laicas, mas, a representação institucional não é, e se for convidado por outra qualquer confissão religiosa no Concelho de Caminha, ele irá.

Relativamente ao quadro de pessoal, se tem os elementos necessários para o ferry funcionar, disse o Senhor Presidente que não, por um motivo à cabeça, o Município tem uma prestação de serviços para um mestre da embarcação, como o ferry não esta a funcionar, não faz sentido. Mas, a embarcação neste momento está licenciada, e legalmente está pronta a circular, tem certificado de navegabilidade e também existem no quadro de pessoal assistentes operacionais qualificados para o efeito. **(áudio 20.20 e 23.50 minutos da 2.ª gravação).** -----

b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 17 de fevereiro 2023

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 17 de fevereiro 2023**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez alguns considerandos à redação da ata, sugeriu algumas alterações as quais foram aceites. **(áudio 24.52 e 27.09 minutos da 2.ª gravação).** -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 0 votos contra e 13 abstenções as quais se devem ao facto de não estarem presentes.

c) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 17 de maio 2023

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão extraordinária de 17 de maio 2023**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções as quais se devem ao facto de não estarem presentes.

d) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de junho 2023

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 29 de junho 2023**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Esta Ata foi retirada

e) – Aprovação do Regulamento Municipal da Incubadora Verde do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à “**Aprovação do Regulamento Municipal da Incubadora Verde do Município de**



cef
D.

z

Assembleia Municipal de Caminha

Caminha", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o "Regulamento Municipal da Incubadora Verde do Município de Caminha".

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

f) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à "**Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora, relativo a Transportes Escolares.



Cefus
D.

Assembleia Municipal de Caminha

L

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

g) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



cepus
@

SL

Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta; depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

h) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta; depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

i) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

j) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

k) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.



Handwritten signatures in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

I) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesias de Vilar de Mouros no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesias de Vilar de Mouros no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'S' and a circular mark.

Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

m) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo para Organização das Atividades de Animação e Apoio à Família

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo para Organização das Atividades de Animação e Apoio à Família”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo à Atividade de Animação e Apoio à Família.

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----
O Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse que este contrato visa a transferência mensal de 3 000,00€, para que seja assegurado o prolongamento do horário do Jardim de Infância de Moledo.

Disse ainda que considerando que este valor não se destina ao pagamento do vencimento normal mensal, mas apenas ao tempo que vai para além do horário normal e porque não dispõe de mais informação que o elucide e justifique a necessidade deste valor, desde logo, comparando com outros prolongamentos em outros jardins de infância e escolas, considera-o excessivo e por tal motivo, não vota favoravelmente este contrato. (áudio 36.51 e 37.48 minutos da 2.ª gravação). -----

A Tesoureira da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Maria Goreti Verde, cumprimentos todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e, em



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

resposta ao Senhor Deputado disse que o Jardim de Infância de Moledo tem 45 crianças que lecionam desde as 7.30horas até às 19.00horas. São obrigados a ter por cada 10 crianças, 1 funcionária, para supervisionar aqueles alunos, porque os pais têm necessidade desse apoio, desde que justificado pela entidade patronal. Disse ainda, que este apoio à família também funciona nas paragens letivas, e o Senhor Deputado ainda acha exagerado o apoio que o jardim de Infância recebe...) **(áudio 38.08 e 41.23 minutos da 2.ª gravação)** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou quantas cuidadoras tem para aquele número de crianças? **(áudio 41.50 e 42.27 minutos da 2.ª gravação)** -----

A **Tesoureira da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Maria Goreti Verde**, em resposta disse que tem cinco funcionárias, porque tem 45 crianças. **(áudio 43.05 e 43.15 minutos da 2.ª gravação)** -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou se a Senhora Tesoureira da Junta de Freguesia está em condições de lhe pormenorizar a quantidade de pessoas e as horas de prolongamento. **(áudio 43.37 e 45.13 minutos da 2.ª gravação)** -----

A **Tesoureira da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Maria Goreti Verde**, em resposta voltou a repetir que são 5 funcionarias para 45 alunos. **(áudio 45.51 e 47.08 minutos da 2.ª gravação)** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que está preocupado com a posição do Bloco de Esquerda, relativamente a esta questão, porque a primeira vez que tomou posição nesta Assembleia sobre o assunto, "demos de barato", a segunda, é complicado compreender a posição do Bloco de Esquerda nesta matéria. E, para que não fiquem dúvidas neste plenário e na tentativa ou na possibilidade de inverter aquela que será a posição do Bloco de Esquerda, porque não dignifica esta força partidária nesta matéria de apoio às famílias, solicita que a Senhora Vereadora do



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'S' and a signature that appears to be 'Liliana'.

Assembleia Municipal de Caminha

Pelouro Liliana Ribeiro elucide melhor o Senhor Deputado. (áudio 47.14 e 48.51 minutos da 2.ª gravação) -----

A **Senhora Vereadora Liliana Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que fica preocupada com este desconhecimento de causa daquilo que são as atividades de animação e apoio à família. Disse que está ali um contrato interadministrativo, porque é uma competência delegada, numa Junta de Freguesia, mas existem outros acordos feitos entre a Câmara Municipal e um Centro Social, por exemplo, para atividades de animação e apoio à família de outro Jardim de infância. Não é verdade, que não está a ser aplicado em todos os Jardins de Infância, está a ser aplicado em todos os Jardins de Infância e em todas as Escolas do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha. São 14 estabelecimentos de ensino a abrir às 7:30horas e a encerrar às 19.00horas, é um apoio que a Câmara Municipal de Caminha dá gratuitamente a todas as suas famílias. A atividade que ali estão a falar, as AAFF das atividades de animação e apoio à família compreendem se entre as 7.30horas e as 9.00horas, que é a hora em que entra o responsável pedagógico, e, nas CAF que é componente de apoio à família para o primeiro ciclo, é exatamente o mesmo horário, ou seja, todas as famílias do Concelho de Caminho de todas as escolas do pré-escolar, ao primeiro ciclo do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha tem este apoio pela Câmara Municipal. Porém, esta competência delegada na Junta de Freguesia, para além do período letivo, que são aproximadamente 180 dias, também tem nas interrupções letivas, porque estão contemplan as duas componentes AAFF e CAF, e, a Junta de Freguesia de Moledo é parceira da Câmara Municipal de Caminha nas férias de Natal, férias de Páscoa e nas férias de Verão, e só nas férias deste Verão tiveram 250 crianças à guarda dos serviços, e para essas 250 crianças num rácio de um adulto por cada 10 crianças, foram necessárias 50 funcionários a trabalhar num período de 7 horas, 25 funcionários a fazer um turno da manhã, e outros 25 a fazer o turno da tarde. E, o valor atribuído à Junta de Freguesia por criança são 3.00€ e está-se a falar de 224 dias, quando se tem quase a totalidade das crianças a ficar na escola, porque os seus pais estão a trabalhar e precisam que alguém tome conta delas.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circular stamp and the letters 'SL'.

Assembleia Municipal de Caminha

Para terminar a Senhora Vereadora pergunta ao Senhor Deputado se este valor de 3.00€ está em demasia para cada criança. (áudio 48.54 e 52.55 minutos da 2.ª gravação) -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que fará chegar à Assembleia Municipal todos os esclarecimentos necessários relativamente a esta matéria para que os Senhores Deputados possam ter maior informação no âmbito da transparência que o órgão merece. Não obstante irá solicitar à Senhora Vereadora Liliana Ribeiro, que faça chegar a este órgão a explicação rubrica a rubrica, do que ali em causa, para prevenir num próximo ano esta situação. (áudio 55.49 e 56.34 minutos da 2.ª gravação) -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 01 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

n) – Aprovação da Não Transferência de Competências para as Freguesias ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril, na sua redação atual

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de setembro de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação da Não Transferência de Competências para as Freguesias ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril, na sua redação atual”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os



Cepi
SL

Assembleia Municipal de Caminha

assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Não Transferência de Competências para as Freguesias ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril, na sua redação atual”.

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----

O **Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse ao Senhor Presidente, quando o Governo do Partido Socialista e a Câmara Municipal de Caminha falam que é importante a descentralização de competências para as autarquias locais e quando lê o despacho no qual não autoriza a transferência da competência solicitada, pela Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

...) Disse ainda ao Senhor Presidente o executivo da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, pediu a transferência dessa competência, porque tinha a plena consciência do benefício que a mesma iria trazer, e o Senhor deu despacho desfavorável, argumentando que é necessário respeitar a uniformização de procedimentos no Concelho regulamentos aplicáveis e tomadas de decisão.

...) Para terminar disse ao Senhor Presidente que a sua deslealdade com a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e com os Ancorenses é mais que evidente tendo em conta que nem lhes foi dado conhecimento do despacho desfavorável e apenas tiveram conhecimento desta decisão através dos documentos que lhes foram entregues para esta Assembleia Municipal. **(áudio 58.30 e 1.02.30 minutos da 2.ª gravação)** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta é daquelas matérias difíceis de ajuizar e difíceis de decidir, porque estão ali perante dois princípios que a CDU sempre se tem pautado e se tem afirmado neste órgão. O primeiro no que diz respeito a estas transferências de competências, não aceitam qualquer uma das transferências do Estado para o Município e, em consequência, do Município para as freguesias, ficando claro ao longo dos anos. Porém, têm assumido neste órgão tudo aquilo que diz respeito diretamente às freguesias, querem estar do lado das freguesias e, neste momento têm ali um conflito, porque a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora no conjunto das Freguesias do Concelho de Caminha é a única que vem aceitar uma dessas transferências. Por outro lado, o Município de Caminha defende,



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'S' and a circled 'D'.

Assembleia Municipal de Caminha

na sua argumentação, que é por uma questão de igualdade e coerência, logo, a CDU vai-se abster nesta matéria, porque tem exatamente estes dois princípios. **(áudio 1.02.53 e 1.05.12 minutos da 2.ª gravação)** -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que o Bloco de Esquerda considera que a descentralização de competências deve ocorrer não só do Governo Central, em Lisboa, para os municípios como destes para as respetivas freguesias, valorizando o exercício de funções destes órgãos autárquicos, da maior proximidade com os munícipes. A centralização de competências no Município, não permitindo o reforço de competências e a valorização da ação das Juntas de Freguesia constitui uma espécie de atestado de incompetência passado as Juntas de Freguesia pelo executivo municipal. **(áudio 1.05.27 e 1.09.19 minutos da 2.ª gravação)** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que aquilo está ali em causa, não é as transferências de competências, porque existem transferências de competências que se vão realizar e existem competência que as Juntas de Freguesia já as estão a exercer. O que está ali em causa é um conjunto de competências que a Câmara Municipal avoga que as quer para si, porque considera, que as desempenha com outra eficácia e com outra ação mais uniforme para o Concelho.

Disse ainda que a Junta de Freguesia de Caminha/Vilarelho é a favor de transferência de competências, daí que aceitam a ajuda e que ficam com as competências que já tinham, no entanto, gostavam de ficar com mais, mas consideram que já ali tem uma responsabilidade muito grande, e a Junta de Caminha/Vilarelho neste momento, nas circunstâncias atuais do seu quadro pessoal, o seu quadro financeiro e no seu quadro técnico, não vai exercer estas transferência de competências que a Câmara ali evoca, com o rigor, com a qualidade e com o propósito que elas foram criadas, porque lhes faltam instrumentos, nomeadamente de fiscalização.

Para terminar disse o Senhor Presidente da Junta que à semelhança de outros Concelhos o Concelho de Caminha enveredasse pela cobrança da taxa turística, porque, lhes daria margem orçamental, para reforçar as Juntas de Freguesia a desempenhar melhor as suas funções e também disse ao Senhor Presidente que no próximo documento de aprovação desta transferência de competências, venham os



(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Assembleia Municipal de Caminha

mapas delimitadores, ou seja, que venha delimitado aquilo que compete fazer à Camara Municipal e à Junta de Freguesia por exemplo na questão da empresa de limpeza, porque, se trata de uma questão de transparência. **(áudio 1.09.42 e 1.15.12 minutos da 2.ª gravação)** -----

O Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, fez um pedido de esclarecimento e perguntou se vai votar contra ou a favor desta transferência de competência. **(áudio 1.15.18 e 1.15.36 minutos da 2.ª gravação)** ----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves, em resposta disse que vai votar de acordo com aquilo que a sua Freguesia decidiu. **(áudio 1.15.44 e 1.15.58 minutos da 2.ª gravação)** -----

O Senhor Deputado Abílio Cerqueira, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caminha/Vilarelho se é contra a transferência das competências para as Juntas de Freguesia? **(áudio 1.16.22 e 1.16.39 minutos da 2.ª gravação)** -----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves, em resposta disse que é a favor de todas as transferências de competências, mas, no caso em concreto vota favoravelmente a não transferência só das competências que estão ali estão elencadas. **(áudio 1.16.51 e 1.17.16 minutos da 2.ª gravação)** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, disse que nesta intervenção vai tentar esclarecer o Senhor Deputado Abílio Cerqueira, porque o seu pensamento está confuso quanto a esta matéria. Ou seja, o Senhor Deputado, acabou de dizer ao Senhor Presidente da Junta está contra as Juntas de Freguesia por não votar contra esta proposta, mas, esta proposta teve o acolhimento de 99% das Juntas de Freguesia e, não é uma questão de estar contra ou a favor das Juntas de Freguesia, porque cada Junta de Freguesia tem a sua especificidade. E, o Senhor Deputado está confuso, porque confundiu duas coisas, sendo uma a transferência das competências e, uma outra que é distinta a transferência dos recursos do município para as



Definição
SC

Assembleia Municipal de Caminha

freguesias para o exercício dessas competências e, aquilo que se está a debater ali são as transferências das competências que estão mapeadas para as Juntas de Freguesia. Porém, a Lei também faculta à Câmara Municipal por ter uma visão mais macro do seu território num todo e não fracionado, e ver qual é que é a melhor gestão para o território, e, por isso, o executivo entendeu que este número de competências que ali estão elencadas, não devem transitar para as Juntas de Freguesia pelos motivos invocados. E, a Câmara Municipal ao fazer a análise do solicitado pela Junta de Freguesia ao requer o exercício desta competência, foi decidido que não tendo no seu quadro de pessoal fiscais que pudessem fiscalizar estas situações, porque, o seu quadro de pessoal não tem capacidade para o ter, mesmo sendo para o Concelho de Caminha, uma freguesia grande no contexto, ora, no imediato vai esbarrar nesta questão da fiscalização, porque não pode assumir uma competência que depois não tem meios para executar, e cai num vazio legal...) (áudio 1.17.29 e 1.26.31 minutos da 2.ª gravação) -----

O Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente e perguntou:

Porque, enviou um ofício à Junta de Freguesia para dar o parecer sobre estas competências?

Porque, foi realizada uma reunião com o Senhor Vereador João Pinto para se falar sobre estas competências?

Porque, o Senhor Presidente não os avisou sobre o despacho desfavorável, sobre esta pretensão de se ficar com esta competência? (áudio 1.26.38 e 1.27.09 minutos da 2.ª gravação) -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, em resposta disse que enviou um ofício a pedir o parecer da Junta de Freguesia, porque a Lei assim o obriga a fazer. Porque é que esteve em reunião com o executivo da Câmara para falar sobre as competências, porque o executivo entendeu que devia saber quais as competências que as Juntas de Freguesia queriam e as que não queriam, para depois tomar uma medida de ponderação, através do diálogo, como já é reconhecidamente a marca deste executivo...)(áudio 1.27.20 e 1.30.51 minutos da 2.ª gravação) -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento e disse que a proposta da Câmara Municipal é a não transferência destas competências identificadas com as alíneas e), G), e H) até M), para todas as Juntas do Concelho de Caminha. Porém, enquanto construí esta proposta fez a audição e recolheu esta vontade da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, no entanto, se os membros desta Assembleia ali votarem contra esta proposta, não significa a aceitação da competência por parte da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, porque não é isso que está ali nesta proposta, mas, sim a transferência no seu todo para o conjunto de todas as freguesias. **(áudio 1.31.01 e 1.32.35 minutos da 2.ª gravação)** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que é isso que acabou de afirmar, porque, se está ali a falar de um todo e não de uma parte. **(áudio 1.32.39 e 1.32.47 minutos da 2.ª gravação)** -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 01 votos contra e 14 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta; depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H45M, do dia 30 de setembro de 2023, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)



Cap. Juv.

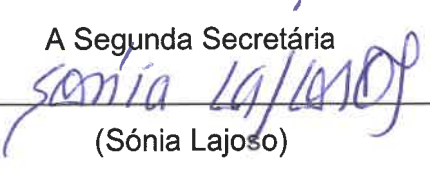
Assembleia Municipal de Caminha

O Primeiro Secretário



(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária



(Sónia Lajoso)

A Funcionária



(Anabela Pereira Monteiro)

ANEXO I

[Handwritten signature]

CMC-celine-290923-2023,GER,I,G,3774

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



MUNICÍPIO DE CAMINHA

PARECER

DESPACHO

is termos e com os fundamentos vertidos na informação técnica, é intenção da Câmara Municipal restringir o horário de funcionamento do estabelecimento comercial do Sr. António Silva, sito na rua 5 de outubro, em Vila Praia de Âncora, denominado "O Leme", no período considerado necessário para os reclamantes poderem descansar, a fixar entre as 22h e as 00h00, de todos os dias da semana (com exceção dos meses de julho e agosto, altura em que o encerramento pode ocorrer entre a 00h00 e as 7h00).

ra tanto, cumpra-se com o estipulado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, e artigo 9.º, n.º 8 do Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Caminha (audição das diversas entidades).

sim, proceda-se em conformidade com o disposto no artigo 100.º do CPA (audiência de interessados) ao explorador do estabelecimento de bebidas, o Sr. António Silva, para que no prazo de 15 dias exerça o seu direito, por escrito.

rdas as diversas auscultações, solicito que possa o Gabinete Jurídico lavrar informação final, por forma a que se submeta decisão a reunião de Câmara, para discussão e votação.

è-se conhecimento do presente:

Digníssimo Presidente da Assembleia Municipal;

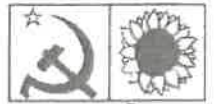
Esta moção foi rejeitada com 18 votos contra
12 abstenções e 5 votos a favor.

AH 29/09/2023

(ANEXO I)

CDU COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PCP-PEV



Moção

Exigir do governo medidas que assegurem o direito à habitação

Handwritten signature and initials.

Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública. Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias. Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Estas medidas não estão no chamado pacote "mais habitação". Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular dos municípios, é chamado a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano. É igualmente inseparável do cumprimento da Constituição da República e no que ela consagra de "direito, ..., a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar", obrigando o Estado a adotar "uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria" (Artigo 65.º).

Assim, a Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 29/09/2023, delibera:

- Reclamar a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;
- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0,43% em vez dos cerca de 7% que decorrem da aplicação automática dos critérios em vigor, ou dos 2%, resultantes das medidas recentemente aprovadas, que consideram ainda 5,43% em relação a 2023, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;

af.
fer.

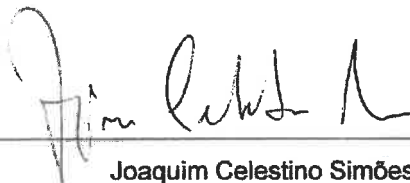
- Exigir do Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;
- Exigir do Governo a adoção de uma política que cumpra a Constituição da República, ajustando os rendimentos às necessidades de habitação, garantindo este direito nela inscrito;
- Apelar à participação da população nas ações convocadas em defesa do direito à Habitação.

Caminha, 29 de setembro de 2023

A presente moção deverá ser enviado a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República e para os membros do Governo.

Os Proponentes

Grupo PCP-PEV | CDU-Coligação Democrática Unitária



Joaquim Celestino Simões Ribeiro



Carlos Alberto da Cunha Alves

MOÇÃO – CDU

EXIGIR DO GOVERNO MEDIDAS QUE ASSEGUREM O DIREITO À HABITAÇÃO

O Partido Socialista reconhece que a habitação é um direito imprescindível, um direito fundamental de qualquer cidadão.

A habitação digna e a disponibilidade de habitação para quem dela necessita é um factor de coesão social e territorial que defendemos, promovemos e almejamos.

A Moção ora aqui apresentada pela CDU abordando um tema que nos é caro, assenta num discurso que tenta branquear todo o trabalho que se tem vindo a desenvolver, quer pelas autarquias locais, quer pelo Governo da República.

O governo aprovou recentemente duas importantes medidas para as famílias:

1. O aumento da bonificação do juro para cerca de 200 000 famílias e
2. A estabilização e até mesmo a redução da taxa de juro nos próximos dois anos, compensando esse valor nas amortizações futuras (daqui a 6 anos) de forma proporcional e numa fase onde é expectável um juro mais baixo.

Estas soluções são fundamentais, não se percebendo o porquê da CDU apresentar agora uma Moção, quando o governo já agiu sobre o tema!

Não se percebe ainda a posição da CDU em matéria de rendas depois de ter sido o próprio PCP a chumbar o *Mais Habitação* que, entre outras medidas, prevê limites nas rendas nos novos contratos, de forma equilibrada e proporcional. Para além disso, no que respeita ao coeficiente anual de atualização das rendas, está em curso o processo de auscultação pelo Governo (como foi publicamente noticiado) e partilhamos da preocupação de ser garantida a estabilidade para os arrendatários que efetivamente precisem mas, não compete aos órgãos autárquicos antecipar a melhor maneira de o fazer num momento em que o governo está a discutir o tema.

O importante é garantir que ninguém entra em incumprimento por motivo do coeficiente.



Pela primeira vez na história da nossa democracia temos um programa que prevê que todos os municípios, sem exceção, devem identificar as suas necessidades, responsabilizando-se o Estado pelo financiamento de 100% (se for dentro do PRR) ou de grande parte da operação (se for com OE). Lembrar que esgotado o PRR, o IHRU continua a ter disponível uma média de 40% por operação a fundo perdido, acrescido de empréstimos a condições favoráveis que na maioria dos casos chega aos 100%.

A CDU parece chegar tarde ao debate de um programa que está no terreno em articulação entre municípios e governo.

Na referida moção exige-se ao Governo a adoção de uma política que cumpra a Constituição da República, ajustando os rendimentos às necessidades de habitação, garantindo este direito nela inscrito. Ora, este tema foca-se mais com a política salarial. Neste ponto o Partido Socialista está muito confortável, pois tem o Governo aumentado sucessivamente o salário mínimo nacional, com uma boa perspectiva de prossecução destas medidas.

Quanto ao apelo feito para que a Assembleia Municipal inste a população a participar nas manifestações organizadas, com índole político-partidária, é nosso entendimento que, tal desiderato está fora das competências e atribuições desta Assembleia.

O Partido Socialista estará sempre do lado das políticas públicas que promovam a habitação digna para todos, em especial para os jovens, classe média e idosos.

Estamos pelo lado da concretização, da execução e pelo encontrar de soluções, por isso mesmo, não podemos comungar do texto escrito, comungando apenas pela preocupação das questões da habitação.

Pelos exposto, iremos votar contra.

Disse.

Esta moção foi rejeitada com 19 votos contra,
15 abstenções e 1 voto a favor.



AH. 29/09/2023

ANEXO IV

[Handwritten signature]

Bloco de Esquerda do Concelho de Caminha

[Handwritten signature]

MOÇÃO PELA MOBILIDADE NO CONCELHO

[Handwritten signature]

Decorreu há dias, mais uma Semana Europeia da Mobilidade, com a qual se pretendeu chamar a atenção geral para uma utilização sustentável dos meios de transporte, a par de um incentivo à mudança de comportamentos, designadamente no que diz respeito a um excesso de utilização dos automóveis particulares.

No dia Europeu Sem Carros, cortam-se os acessos em algumas vias, deixando-as disponíveis para peões, ciclistas ou transportes públicos.

Tudo isto acontece uma vez por ano e depois, no resto do ano, nada mais sucede.

Abordar de vez em quando as questões da mobilidade, não só as relativas à utilização excessiva dos carros, mas também das dificuldades das pessoas com capacidades reduzidas, é, manifestamente, pouco; muito pouco.

As questões relacionadas com a mobilidade no nosso concelho, não podem estar limitadas a um evento ocasional de uma vez em cada ano, sem consequências.

Todos os caminhenses sabem que os problemas se mantêm todo o ano e ao longo dos anos, seja na existência mínima de transportes públicos e que em nada beneficiam o concelho, por não acrescentarem nenhuma mobilidade interna no concelho e apenas servirem para levar os caminhenses para fora do concelho, seja na correção das muitas deficiências encontradas nas vias que obstaculizam e dificultam a mobilidade de quem não a possui ou a possui reduzida ou cada vez menos.

Página: 1

Sede Concelhia: Avenida Saraiva de Carvalho, Centro Comercial da Estação, 4910-108 Caminha

Telefones: Abílio Cerqueira: 935 049 805 ou Pedro Cancela: 966 071 841

E-mail: BlocoEsquerdaConcelhoCaminha@gmail.com



Bloco de Esquerda do Concelho de Caminha

O concurso internacional recentemente lançado para os transportes públicos no distrito, acaba de ser dado sem efeito e, embora não viesse acrescentar soluções à mobilidade interna no concelho, isto é, abrangendo todas as nossas freguesias, constitui mais um atraso na aquisição de transportes públicos que convençam os munícipes na sua utilização.

Há em todo o concelho, em cada freguesia, necessidade de identificar e solucionar os problemas de mobilidade, desde os transportes públicos inexistentes à passadeira de peões com a pintura degradada, à inexistência de passeios e acessos rebaixados, ausência de grelhas de proteção nas caldeiras das árvores, iluminação pública inadequada, sinalética e todo um conjunto de mobiliário urbano em falta ou mal colocado, bem como a ausência de disponibilização de veículos alternativos, como seja algo tão simples como a negociação com empresas de bicicletas elétricas para a sua disponibilização em algumas freguesias do concelho.

Assim, pelo exposto, a Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 29 de setembro de 2023, delibera recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Caminha, a criação de um grupo de trabalho que inclua cidadãos das várias freguesias, utilizadores de transportes públicos e pessoas com deficiências de mobilidade, para que seja elaborado um documento onde se especifiquem as necessidades de intervenção e se apontem também as soluções que esse grupo possa sugerir, contribuindo dessa forma para as posteriores mais adequadas soluções a implementar pelo executivo municipal.

Caminha, 27 de setembro de 2023,

O Eleito pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Caminha,

Abílio Cerqueira



Assinado por: Abílio Braga
Cerqueira
Identificação: 8105845673
Data: 2023-09-28 às 13:22:15



O concelho de Caminha, neste verão, foi o destino procurado por milhares de pessoas.

Viveram-se momentos inesquecíveis e de grande prestígio, com eventos culturais de grande relevo, com mais envolvimento do comércio local, das associações e da população das freguesias.

Entre muitos eventos, destacamos os tapetes floridos na Solenidade do Corpo de Deus, o “Desafios”, Encontro Nacional de Tocadores de Concertina e Cantadores, o Concerto de Augusto Canário com o Coro das Vozes do concelho de Caminha, a Academia Fernandes Fão e Etnográfico de Vila Praia de Âncora na Comemoração da Elevação de Vila Praia de Âncora a Vila, a Comemoração da Outorga do Foral a Caminha, com o Concerto da Orquestra da Ópera na Academia e na Cidade e o Orfeão de Vila Praia de Âncora, O AMFF in Concert, O Vilas People, com a Banda Musical Lanhelense e Paulo Baixinho, o Âncora Folk, uma afirmação de um grande Festival Internacional de Folclore, organizado pelo Etnográfico de Vila Praia de Âncora. O Teatro de Rua e outras artes performativas, também circularam por vários locais do concelho, como o “Dois versos e um copo”, realizado no comércio local pela Krisálida, o “Concertina Agosto”, com o apoio da Inatel. A tradição afirmou-se com as Festas e Romarias realizadas em todas as freguesias do concelho, com destaque para as Festas das Solhas em Lanhelas, Sra dos Remédios, em Venade, São Bento, em Seixas, Sra de ao Pé-da-Cruz, em Moledo, Santa Rita de Cássia e Sra da Agonia, em Caminha e Senhora da Bonança em Vila Praia de Âncora. Ou ainda, as Festas da Sra da Peneda, em Vilar de Mouros, Sra da Rocha, em Arga de Baixo, Sra de Guadalupe em Riba de Âncora, de São Tiago, em Cristelo e da Sra da Assunção e Festas de S. Sebastião, em Âncora.

As festas trouxeram alegria, muita cor e muita participação das populações em todas as freguesias. As pessoas que assumiram a responsabilidade de fazer parte das comissões de Festas merecem um grande elogio e um extenso agradecimento pelo excelente contributo e desempenho na organização das mesmas.

A exposição Arte na Leira comemorou 25 anos, Os Lions de Vila Praia de Âncora, com o apoio da Câmara Municipal, realizaram duas exposições de grande qualidade, os artistas locais tiveram oportunidade de expor nas Galerias do Concelho, os Amigos da Biblioteca realizaram um ciclo de palestras que nos prestigia.

Não poderia deixar de falar de quatro grandes eventos que colocam o nosso concelho como destino cultural e turístico com uma participação massiva de público: O Artbeerfest, a Feira Medieval, o Sonicblast e o Festival de Vilar de Mouros.

Sr. Presidente, o Município de Caminha, as Juntas de Freguesia e as Associações estão de parabéns pelo verão ativo e participado que tivemos e a participação ativa da população foi fundamental para este êxito.





Orgulhamo-nos da nossa terra, das nossas atividades culturais, do nosso ambiente, das nossas praias de Bandeira Azul, do nosso território onde se podem fazer caminhadas, usufruir de boa gastronomia, fruir as artes, a cultura e o património, do Mar à Serra, depois de passarmos os tempos de pandemia, este é o verão do concelho de Caminha que todos almejamos, que possa criar, através da atividade do turismo cultural, mais desenvolvimento social e económico para o nosso concelho.

